



20 MARÇO 2013

VITÓRIA DOS TRABALHADORES

STJ volta com a aposentadoria especial para os eletricitários

DECISÃO BENEFICIA TRABALHADOR QUE ESTÁ PRESTES A SE APOSENTAR E AQUELE QUE FOI PREJUDICADO E QUER ENTRAR COM AÇÃO PARA REVISAR APOSENTADORIA

A luta dos eletricitários pela aposentadoria especial teve uma vitória definitiva no dia 7 de março quando o Superior Tribunal de Justiça publicou acórdão que reconhece a atividade com exposição habitual à energia elétrica como especial. A interpretação favorece o trabalhador na hora da aposentadoria e pode levar a revisão de quem já se aposentou.

A assessoria de comunicação do STJ confirmou que o órgão enviou nos últimos dias telegramas aos tribunais estaduais para que sejam reconhecidos os pedidos de tempo especial no caso de atividades exercidas após 1997 com eletricidade. O procedimento deve acelerar a conclusão dos processos em andamento nos tribunais (segunda instância).

A tendência é que as

ações tenham, agora, mais vitórias para o trabalhador. Mas por enquanto, o eletricitário ainda precisa acionar a justiça para garan-

tir a aposentadoria especial. O Departamento Jurídico do Sindieletro está disponível para orientar sobre o assunto. Consultas

podem ser agendadas pelo telefone (31) 3238.5000.

Nos casos em que os tribunais estaduais não seguirem a orientação superior, favorável ao eletricitário, pode ser apresentado recurso ao STJ onde prevalece a volta da aposentadoria especial.

Em novembro de 2012, provocada por inúmeras ações de retomada da aposentadoria especial, a 1ª Seção do STJ julgou recursos repetitivos relacionados ao direito e tomou a decisão favorável à luta dos eletricitários. Poucos dias depois, o movimento da FNU/CUT e dos sindicatos pela volta do direito teve mais uma conquista, quando o STJ rejeitou recurso do INSS que questionava a posição do órgão a favor do tempo especial para aposentadoria do eletricitário.

LUTA LONGA, CONQUISTA HISTÓRICA

O direito à aposentadoria especial para os eletricitários foi retirado por decreto do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB), em 1997. A luta pela retomada do direito virou uma das principais bandeiras da Federação Nacional dos Urbanitários (FNU/CUT) e dos sindicatos que representam a categoria.

Além de realizar seminários e encomendar estudos para comprovar o risco da exposição do trabalhador à eletricidade e a legitimidade da aposentadoria especial, a FNU/CUT acompanhou toda a tramitação do processo no STJ.

Para o presidente da entidade, Franklin Moreira Gonçalves, a publicação do acórdão pelo STJ é uma conquista muito importante por influenciar as decisões judiciais sobre o assunto com entendimento a favor do trabalhador. Prova deste efeito cascata é que a TNU (Turma Nacional de Uniformização), que funciona como uma instância superior dos Juizados Especiais Federais, já está aplicando o entendimento do STJ.